

resenhas educativas
uma revista de resenhas de livros



Teixeira Lopes, João *Da democratização à democracia cultural – uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público* Porto: Profedições

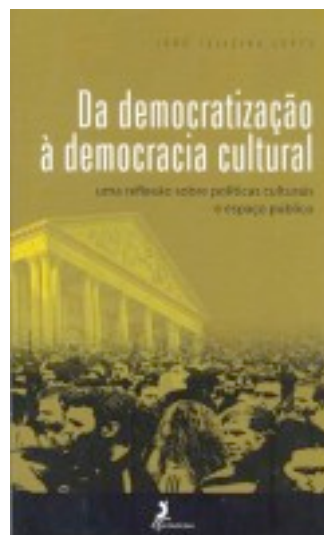
ISBN: 978-9728562-40-3

119 páginas

Resenhado por Rosanne Evangelista Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro

3 de fevereiro de 2008

Como uma bula (abordagens e modos de usar), João Teixeira Lopes vai organizando em seu livro a apresentação do que para ele deve ser uma proposta alternativa de democracia cultural. Seu principal objetivo é defender uma proposta de política cultural capaz de atravessar as mais diversas classes sociais e atingir os mais diferentes sujeitos e grupos sociais, traduzindo, desse modo, a cultura como um direito de um Estado democrático. Assim, posso dizer que *Da democratização à democracia cultural – uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público* para além do estudo teórico cuidadoso consiste em um manifesto em defesa de uma política cultural, engajada e aberta o que dá um caráter militante à obra. Acrescento o fato de o autor, professor de Sociologia da Universidade do Porto, ter atuação no campo político-partidário e em ações voltadas às políticas culturais.



Seu livro está organizado em duas partes: (I) *Grandes questões de cultura contemporânea* e, (II) *Da democratização à democracia cultural*. Cada uma dessas partes é desdobrada por Lopes em seções nas quais desenvolve amplamente os variados usos da cultura tendo como norte a perspectiva de políticas públicas para essa área. Como sociólogo, realiza um inventário dos modos de ver a cultura pela sociologia, explicitando variadas idéias que circulam no campo, não se furtando a indicar para o leitor os diferentes teóricos que refletem ou refletiram sobre a cultura, instigando-o a prosseguir em novas buscas sobre os autores citados e suas obras, a partir de uma panorama bastante instigante a respeito do tema. Seu diálogo mais constante, porém é feito com Pierre Bourdieu, a quem recorre por diversas vezes ao longo da obra, especialmente, na discussão sobre capital cultural. Também percorre a Sociologia explorando-a nas variadas construções do campo trazendo ao debate diferentes perspectivas. Faz tudo isso de modo habilmente pedagógico.

O debate sobre os diferentes modos de ver e fazer cultura, encaminhado por Lopes, não se faz a partir dos parâmetros binários da modernidade. Nem poderia, dado o caráter polissêmico do conceito, o que habilita a diferentes olhares sobre as abordagens existentes, tornando mais fértil a análise de “tensões ou pólos relacionais heurísticamente fecundos” (p.11). Mesmo ao apresentar os diferentes conceitos, sua intenção é a de buscar as relações e tensões que se operam em torno das múltiplas formas de construí-la socialmente. Para ele, tal postura permite “a possibilidade de pensar a própria prática científica como

cultura, conjunto de significados partilhados e entendidos, embora de forma desigual, pelos agentes sociais” (p.11), e que envolve três importantes dimensões: a política, a social e a simbólica. Parte da compreensão de que as lutas sociais empreendidas a partir da linguagem têm como finalidade a expressão de visões de mundo e modos de vida, gramáticas de pensamento e de ação, envolvendo também a discussão dos sentidos produzidos acerca da identidade, estejam eles ligados aos mais diversos níveis: pessoal, social, nacional e étnico.

Por entender o poder a partir de sua “constituição eminentemente cultural” (p.14), Lopes sustenta “a necessidade de contextualizar pedagogicamente cada conceito e o uso da cultura na história social compreendendo os processos de sua produção, disseminação e interiorização” (p.14), de modo a pensar as formas em que se produzem as desigualdades em decorrência de impedimentos de partilhas. Lopes passa a discutir a tensão sobre a produção da cultura, ora centralizada, ora dispersa. Nessa análise, discorre sobre a perspectiva globalizante da cultura, mostrando a diversidade de práticas nos mais diferentes espaços e como ela torna-se nesse contexto *fugidia*, estando paradoxalmente “em toda parte e em lado algum” (p.16). A complexidade que marca os processos globalizantes, com trânsitos de trocas cada vez mais intensos, ao mesmo tempo que desestrutura o modelo hierarquizado dos níveis de cultura, passa para muitos a idéia de poder vir a constituir uma homogeneização, o que de fato não ocorre. Ao contrário, gera uma composição de influências, as mais variadas, alterando o que seria classificado como puro. Pensar na via da homogeneização, para Lopes, é forjar um projeto de poder fadado ao fracasso, pois todo esse processo complexo é marcado pela ambivalência e gera uma pluralidade de perspectivas críticas de análise, não comportando assim, modelos de análise que estejam marcados pela fixidez, mas sim pela circulação. Não há, portanto, homogeneidade. Daí a necessidade de buscar novos modos de analisar a cultura em que se possa perceber como ela se faz presente dentro desse quadro.

Outra tensão presente na contemporaneidade traz para o debate as dinâmicas do capitalismo avançado e as suas relações com a cultura, extrapolando e recontextualizando novos sentidos para a produção de obras culturais e problematizando os conteúdos que são disseminados, especialmente, através da mídia e mais uma vez evidenciando as relações com o poder. Ressalta, contudo, não existir relações de poder que possam ser perpetuadas sem que resistências e conflitos se oponham a elas, daí a importância do fortalecimento de ações como a dos *Cultural Studies*. Ao traçar o cenário do capitalismo e suas relações com a cultura, Lopes lembra-nos da perspectiva que pretende gerar homogeneização a partir da cultura de massas, estreitamente envolvida com o consumismo e a produção em série. Concordando com James Jameson, Lopes reconhece a aproximação entre cultura e economia nos dias atuais, expandindo-se “para áreas nunca antes colonizadas pelo mercado” (p.31) passando as práticas culturais a serem objeto de “transação e comércio” (p. 31).

Ao propor um novo olhar sociológico sobre a cultura, Lopes defende o uso dos estudos etnográficos que não se concentrem exclusivamente no olhar do cotidiano, no qual embates são produzidos de forma permanente, mas sim na busca de contínuos que se façam na relação entre macro e micro. Defende também para essa produção analítica a incorporação das noções de “capital, poder, habitus e de efeito de campo”(p.19-20), desenvolvidas por Bourdieu, para a compreensão do reconhecimento da cultura para além do campo, rompendo com a idéia de um ato puro e hierarquizado e buscando um modelo de *sincretismos e cruzamentos*. Lopes tece críticas ao modelo tricotômico de cultura que a segmenta em níveis hierarquizados, como: “alta cultura ou cultura erudita; cultura média ou de massas; cultura popular ou baixa cultura” (p.20), perspectiva fadada ao fracasso. Entre as razões para esse fracasso encontra-se a crise da modernidade e da *Razão Universal* incluindo seu modo de classificação, embora esta represente uma forma confortável para a análise e observação empírica, cuja orientação disciplinar envolve a compartimentação do conhecimento. A orientação, portanto, deve ser outra, pois está presente nas práticas culturais o “jogo de

intertextualidades” (p.34) que implica permanente movimento de recontextualização de temporalidades e de contextos, a partir de processos de descontextualizações de diferentes práticas culturais. Formam-se pastiches, sincretismos, bricolagens, enfim, um híbrido que ao apropriar e relacionar outras referências e sentidos torna-se uma nova singularidade em permanente movimento de construção e transformação, tenso e provisório. A ambivalência é, pois, nesse contexto, uma presença constante.

Mas para que uma nova abordagem metodológica para a cultura Lopes defende um novo modo de refletir sobre a cultura a partir do cenário contemporâneo e faz isso motivado a provocar a produção de um estudo nacional, de grande envergadura, sobre as práticas culturais dos portugueses, tendo a formação de públicos (peça-chave na produção de políticas públicas de cultura), como questão central. Quem constitui esse público e que sujeitos fazem parte desse público e como nele atuam? A etnografia volta ao centro da discussão para ser a alternativa que melhor se coaduna com a pesquisa sobre o público para analisar “os tempos e os modos da recepção cultural” (p.50). Isso implica orientar o estudo a partir de uma visão ativa e criativa do público que, no seu cotidiano, circula entre várias comunidades culturais, constituindo assim uma multiplicidade de experiências a partir de sua base social. Reconhecendo essa dinâmica complexa do movimento de ação dos públicos, Lopes sugere o estudo deles com base naquilo que se manifesta como regularidades, desde os aspectos fundados na formação social portuguesa, como na oferta de políticas culturais públicas e a socialização escolar.

Ao apresentar e defender uma proposta de política pública cultural, Lopes sinaliza para a necessária compreensão de que a sua existência deve estar apoiada em condições de liberdade e cidadania no seio de sociedades democráticas, contrapondo-se a modelos de “mera democratização cultural” e de “políticas carismáticas” (p.60). Mas quais seriam as marcas da política proposta por Lopes? Quais suas intencionalidades?

O autor defende sete princípios norteadores de uma política cultural, entre os quais a presença do Estado como interventor e regulador, feita com mecanismos que denomina auto e hetero-vigilância. Para viabilizar a participação cultural, o Estado deve realizar ações de parcerias e parceriados com o terceiro setor ou setor social da cultura que permitam aos campos culturais, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da sua autonomia e de sua especialização. Deve a política cultural evitar usos instrumentais da cultura buscando a atuação de profissionais, associações e instituições de diferentes naturezas no âmbito do atendimento ao serviço público. Outro aspecto importante diz respeito ao próprio estatuto sócio-profissional dos que estão vinculados às atividades culturais (artistas e produtores culturais), uma vez que estes estão, em grande parte, voltados às relações precárias de trabalho. Finaliza reafirmando o papel do Estado garantidor de políticas culturais de caráter contínuo e livres da ação do mercado. O espaço público deve portanto ser entendido como uma comunidade de estranhos permitindo “dar forma e sentido ao conjunto da cidade, garantir trajectos e elementos de continuidade e ressaltar as diferenças” (p.69), é um locus do cruzamento de fronteiras e de produção de interconhecimento.

Assim, a democratização cultural defendida por Lopes vai na direção da produção de práticas culturais comprometidas politicamente, indo ao encontro das necessidades e aspirações populares, focalizando os sujeitos como “protagonistas da própria história”(p.85). Ressalta a preocupação com as práticas populistas, a essencialização do conceito de povo e os processos de legitimação do que é cultural. Critica também a presença do voluntarismo que dificulta relações de trabalho e compromisso entre artistas e públicos. Para o autor, há que se ter uma visão horizontal dos públicos aceitando desse modo como legítimas todas suas formas de gosto. Seu lugar na política cultural deve ser analisado criticamente, de modo a verificar o que se espera deles e o que a eles tem sido ofertado, ultrapassando a visão liberal, já conhecida da relação custo-benefício. As políticas culturais são, portanto, complexas e supõem processos permanentes de negociação e mediação, de modo a

compreender a formação social de um país e a permitir uma leitura compreensiva dessas políticas, para além de uma percepção que se detenha ao que possa se apresentar como aspecto confuso e contraditório.

Pensando assim, quais seriam os marcos para a democracia cultural em países que vivem contingências semelhantes às de Portugal? Em primeiro lugar, é necessário investir na difusão das obras universais e das práticas sociais locais, foco dirigido à “formação formal, informal e não-formal” (p.95). Deve-se ainda mudar as práticas sobre formação de públicos, ainda vistos como algo a ser “controlado e domesticado”. Para termos, de fato, uma democracia cultural devemos abrir mão de hierarquizar o conceito de cultura e garantir o direito individual e coletivo à ela. Isso implica pensar a democracia cultural “na dignificação social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural e na abertura de repertórios e de campos de possíveis, condição *sine qua non* para a expressão e escolha livres” (p.97).

A idéia da transversalidade deve perpassar uma democracia cultural, permitindo desse modo a criação e circulação de bens e obras culturais, bem como a sua recepção para os mais variados públicos e este último deve ser tratado como central nesse processo. Entretanto, há que se ressignificar a idéia de públicos para além da noção que o coloca como “utente, consumidor ou visitante” (p.98). A percepção dos públicos está sempre associada à pluralidade de culturas e às formas de expressão e relação com a cultura. Para isso, o autor defende o fortalecimento do papel institucional na garantia da democracia cultural para a consolidação de iniciativas, que se dirijam ao “processo múltiplo de socialização cultural” (p.99).

Também a socialização institucional favorece o que Lopes vai chamar de nova profissionalidade para atuar no processo de comunicação entre as instituições e seus públicos, em ações transversais junto aos mais diferentes sujeitos e grupos que atuam no campo cultural. Por fim, sugere o “exercitar da imaginação metodológica no estudo dos públicos” ou a já sugerida “etnografia dos públicos em ação” advertindo para a difícil tarefa que se impõe na construção dessa proposta de democracia cultural, uma vez que ela é compreendida no complexo de tensões permanentes que deve provocar a abertura de discussão mais do que mascará-las.

Coerente com toda a discussão empreendida no seu livro Lopes, sugere uma visão pedagógica para criar currículos ocultos que orientem o comportamento dos públicos na sua relação entre si e com os técnicos, com os espaços e com as obras. Compreender os públicos não deve encerrar uma visão fixa e acabada. Estes devem ser pensados na sua fluidez e dinâmica como espaço de estranhos. Essa perspectiva implica pensar modos de “circulação, mediação e apropriação” (p. 105) que tornem os públicos menos estranhos, a partir de uma circulação do discurso no espaço público ou semi-público que permita as possíveis interações, garantindo também sua convocação, respeitada as suas diferentes bases sociais.

Um outro foco do livro de Lopes é o de trazer a discussão da cultura para o campo da educação, especialmente a escolar. Embora bastante crítico em relação ao modo como a escola vem formando públicos, defende o espaço escolar para a produção de cultura, ao contrário do que vem sendo verificado nas escolas, onde a cultura é tida como um mecanismo de seleção. Defende a escola como campo de experiência da “diversidade de modos de relação com a cultura escolar” (p.57-8).

Ao posicionar-se a respeito da política cultural e defender seu projeto de democracia cultural, Lopes mostra sua face militante e corajosamente lança idéias que ensejam (ou pelo menos deveria fazê-lo) um debate intenso sobre o papel da cultura na sociedade e para a política. Vai além ao pensar a cultura como uma política pública e o papel que para ele deve ser implementado pelo Estado nesse setor. Contudo, é nesse aspecto que sua posição pode vir a provocar mais discussões uma vez que traz para a cena a importância do papel do Estado como regulador e promotor de políticas culturais em meio a um

contexto em que o mercado também disputa a oferta e a produção de cultura.

Acerca do autor do livro:

João Teixeira Lopes Professor Associado com Agregação do curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É o coordenador do respectivo instituto de investigação. Mestre em Ciências Sociais e Doutor em Sociologia da Cultura e da Educação. Membro efetivo do Observatório das Atividades Culturais entre 1996 e 1998 e seu atual colaborador. Representou o Bloco de Esquerda como deputado à Assembléia da República (2002-2006).

Acerca da autora da resenha:

Rosanne Evangelista Dias Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cursa Doutorado no Programa de Pós-Educação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Proped-UERJ. Sua pesquisa de doutorado trata do Ciclo de Políticas Curriculares na Formação de Professores no Brasil (1996-2006). Integra o Grupo de Pesquisa do CNPq “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”. Atua, prioritariamente, nas seguintes áreas de interesse: Currículo, Políticas curriculares e Formação de professores.

rosanne@ufrj.br

Resenhas Educativas/ Education Review

publica resenhas de livros recém-lançados na Educação, abrangendo o conhecimento e a prática em sua totalidade.

Todas as informações são avaliadas pelos editores:

•

Editor para Espanhol e Português

Gustavo E. Fischman

Arizona State University

•

Editor Geral (inglês)

Gene V Glass

Arizona State University

•

Editora de Resenhas Breves (inglês)

Kate Corby

Michigan State University

As resenhas são arquivadas e sua publicação divulgada por meio da listserv (EDREV).
Education

Review é um signatário da Budapest Open Access Initiative.

